

**Basic Income European Network  
VIIIth International Congress  
Berlin, 6-7 October 2000**

**UM DIÁLOGO COM MILTON FRIEDMAN SOBRE O IMPOSTO DE  
RENDA NEGATIVO**

Paper by  
EDUARDO M. SUPPLY  
E-MAIL: [esupply@senador.senado.gov.br](mailto:esupply@senador.senado.gov.br)

Há pessoas que têm resistência à renda mínima, dizendo se tratar de uma proposta neoliberal, pelo fato de Milton Friedman ter contribuído para conceituar e popularizar o Imposto de Renda Negativo (IRN). Ser contra a renda mínima só porque Friedman a defendeu é semelhante a ser contra o imposto de renda só porque países capitalistas o aplicam. É não se dar conta que Karl Marx observou que numa sociedade mais amadurecida, os seres humanos irão se portar de maneira a assegurar a todos o suficiente para as suas necessidades. É desconsiderar que Oskar Lange, em “A Teoria Econômica do Socialismo” (1936) e Abba Lerner em “A Economia do Controle” (1944), economistas de esquerda que interagiram com Friedman, haviam anteriormente defendido a mesma proposição.

Com o propósito de obter informações sobre o desenvolvimento da idéia de uma renda mínima garantida, para incluí-la no livro que estou escrevendo, “Em Direção a uma Renda de Cidadania”, enviei uma carta em março último ao professor Milton Friedman, que tem hoje 87 anos e se encontra na Universidade de Stanford.

Friedman recebeu o Prêmio Nobel de Economia de 1976 da Academia Real de Ciências da Suécia “por sua contribuição para a análise do consumo, da história e da teoria monetária, e por sua demonstração sobre a complexidade da política de estabilização”. Em seu livro “Capitalismo e Liberdade”, publicado pela Universidade de Chicago, em 1962, Friedman argumenta que o capitalismo seria o sistema econômico mais dinâmico e mais compatível com a liberdade do ser humano<sup>1</sup>. Reconhece, entretanto, que acaba gerando significativas diferenças de renda e riqueza. Argumenta que para se resolver o problema da pobreza, o melhor e mais eficiente instrumento é o imposto de renda negativo, pois justamente atuaria de maneira a não prejudicar o funcionamento do mercado, ao mesmo tempo que garantiria uma renda a todas as pessoas.

---

<sup>1</sup> Milton Friedman causou muitos protestos, inclusive em Estocolmo quando foi receber o prêmio Nobel, por ter, em 1975, a convite do Banco Hipotecário, privado, visitado o Chile, por seis dias, durante o governo do general Augusto Pinochet. Na ocasião fez palestras na Universidade do Chile, colocou suas restrições à falta de liberdade, e fez recomendações sobre como conduzir um plano de estabilização ao governo. Havia uma contradição na sua argumentação de que o capitalismo era o sistema mais compatível com a liberdade e o fato de o Chile estar assegurando sua vigência através da ditadura militar. Friedman argumentou em suas “Memórias” que também fez visitas à União Soviética, à República Popular da China e outros países governados por partidos comunistas, aos quais fez recomendações semelhantes às que deu ao governo chileno. Disse à época que esperava para breve a volta da democracia no Chile.

Em suas respostas às minhas perguntas, enviadas em 11 de abril passado, Friedman observa que a idéia de um imposto de renda negativo "já estava no ar e não era completamente nova", quando ele escreveu a respeito.

A evidência de que ele havia interagido com a idéia está, por exemplo, na resenha que publicou em 1947, no Journal of Political Economy, sobre o livro de Abba Lerner, "Lerner on The Economics of Control", ao mencionar: "A distribuição primária aos indivíduos para o uso de seus recursos pode ser modificada por um 'dividendo social' e por um imposto de renda". Nas páginas 310-311 de seu livro "A Economia do Controle", Lerner diz:

"Onde isso não é suficiente para trazer os resultados requeridos, mesmo quando as taxas tenham se reduzido a zero, taxas negativas podem ser impostas. Isto significa que o governo, ao invés de recolher dinheiro das pessoas, o dá a elas. Isto pode tomar a forma de pagamentos de auxílio, de pensão para os idosos, bônus, e mesmo um dividendo social quando for desejável aumentar o consumo em geral."

Também está no artigo escrito por outro laureado com o Nobel de economia, George J. Stigler, seu colega em Chicago, que, em 1946, numa análise sobre o salário mínimo e a melhor maneira de combater o desemprego e a pobreza, observa:

"Há uma grande atração na proposta de que venhamos a estender o imposto de renda às pessoas nas faixas de renda mais baixa com taxas negativas nessas faixas. Esse esquema poderia alcançar igualdade de tratamento com o que parece ser um (grande) mínimo de máquina administrativa."

Na verdade, foram muitos os economistas e filósofos do mais variado espectro que trataram do assunto desde o início da história, conforme demonstro em meu livro, a exemplo de Aristóteles, Jesus, São Paulo, Thomas More, Juan Louis Vives, Thomas Paine, Karl Marx, Bertrand Russel, Bernard Shaw, Dennis Milner, E. Mabel, Bertrand Pickard, Major C. H. Douglas, G.D.H. Cole, Juliet Rhys Williams, James Edward Meade, Joan Robinson, Joan Maynard Keynes, Friedrich Von Hayek, John Kenneth Galbraith, John Rawls, André Gorz e James Tobin. Este último, laureado com o Nobel em 1981, relatou-me, em Yale, nos EUA, que Friedman se recusara a assinar um manifesto, em 1968, no qual 1.200 economistas propugnaram pela instituição de uma garantia de renda para todos os americanos. Friedman

explicou-me que não gosta de assinar manifestos. Embora o Crédito Fiscal por Remuneração Recebida, ou EITC, (Earned Income Tax Credit), instituído desde 1975, tenha contribuído para combater a pobreza e, de alguma forma, melhorar o emprego, Friedman considera que o imposto de renda negativo mais completo, como ele apresentou, teria tido melhores resultados. Considera que a Renda Básica ou Incondicional é uma outra maneira de se instituir o Imposto de Renda Negativo.

O EITC confere a todo trabalhador que tenha uma família e uma renda positiva inferior a determinado patamar (de US\$ 30 mil dólares anuais, no caso de duas ou mais crianças) o direito de receber uma quantia em dinheiro que lhe permita alcançar uma renda maior e assim superar a sua condição de pobreza. É um imposto de renda negativo incompleto. Por ocasião da posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995, o Professor Albert Hirschman, da Universidade de Princeton, disse-me que a expansão do EITC realizada pelo Presidente Bill Clinton, em 1993, “era a sua maior realização”. Neste ano de 2000, Clinton está novamente aumentando o EITC, assim como o salário mínimo.

Friedman não conhece as experiências brasileiras de renda mínima ou bolsa-escola. Conhece as do México, ainda que lá o “Progressa” tenha se desenvolvido depois que os mexicanos, segundo o ex-governador Cristovam Buarque me relatou, conheceram o seu projeto desenvolvido no Distrito Federal.

O professor Philippe Van Parijs, da Universidade Católica de Louvain, um dos fundadores e secretário geral da “BIEN”, “Basic Income European Network” (Rede Européia da Renda Básica), fórum que propugna pela instituição de uma renda básica em todas as nações, considerou muito importante esse depoimento de Friedman e por isso o publicou na íntegra na BIEN News Flash N° 3, de maio de 2000, (a qual pode ser acessada no endereço: <http://www.etes.ucl.ac.be/BIEN/bien.html>.) Pedi a Van Parijs que fizesse comentários sobre as questões 6 e 8, reproduzidos a seguir. Eis o diálogo.

**1. Suplicy:** Considerando que o Sr. e a Sra. Rose Friedman foram bons amigos de George Stigler, conforme menciona no livro "Two Lucky People. Memoirs" (“Duas Pessoas de Sorte. Memórias”), até que ponto o Sr. interagiu com o professor George Stigler sobre a publicação de seu artigo "The Economics of

Minimum Wage Legislation" ("A Economia da Legislação do Salário Mínimo"), American Economic Review (Junho de 1946). Em suas memórias o Sr. fala de sua interação a respeito dos efeitos de tetos para preços e aluguéis, mas nada fala sobre a proposta de imposto de renda negativo formulada naquele artigo, bem como em sua obra de 1962 "Capitalismo e Liberdade".

**Friedman:** Eu não me recordo se discutimos com George Stigler sobre o item que ele tem em seu "Economics of Minimum Wage Legislation." Considerando que éramos muito ligados um ao outro, eu acredito que tenhamos falado a respeito, embora não me recorde de tê-lo feito. É claro que a partir da manifestação dele, bem como de minhas próprias, feitas posteriormente, o conceito estava muito no ar e não era uma idéia completamente nova.

**2. Suplicy:** Ao propor o imposto de renda negativo como instrumento eficiente e racional para erradicar a pobreza, o Sr. considerou as visões críticas que os Economistas Clássicos, Adam Smith, David Ricardo, Thomas Malthus e, de outro lado, Karl Marx, fizeram sobre as diversas formas assumidas pelas "Poor Laws" ou "Leis de Assistência à Pobreza" desde o Século XVI, na Inglaterra e outros países europeus, inclusive o "Speenhamland Act"?

**Friedman:** Certamente quando escrevi "Capitalismo e Liberdade" havia lido os economistas clássicos aos quais o Sr. se refere e sabia das formas assumidas pelas "Leis de Assistência à Pobreza". No entanto, eu não recordo de que minhas opiniões tenham sido particularmente influenciadas em qualquer detalhe pelas concepções deles. Eram parte do pano de fundo no qual eu estava operando, mas não especificamente relacionadas a esta questão.

**3. Suplicy:** Naquela oportunidade, o Sr. considerou a proposição de Augustin Cournot, de imposto de renda negativo, em sua obra de 1838 "Recherches sur les Principes Mathématiques de la Théorie des Richesses" (Pesquisas sobre os Princípios Matemáticos da Teoria das Riquezas, Paris: Librairie Hachette New Edition Paris: Marcel Riviere, 1938).

**Friedman:** Não tenho lembranças quanto a ter considerado Cournot.

4. **Suplicy:** Até que ponto, ao propor a criação de uma renda garantida através de um imposto de renda negativo, considerou que esta proposição poderia ter um amplo apoio no espectro político?

Friedman: Em meu livro “Capitalismo e Liberdade” e nas diversas conferências nas quais o assunto foi levantado, eu procurava apresentar o que deveria ser, sem prestar muita atenção no que poderia ser politicamente factível ou não. Neste sentido, prestei muito pouca atenção quanto ao apoio que a proposta poderia ter. Entretanto, em muitos trabalhos que escrevi posteriormente sobre imposto de renda negativo<sup>2</sup>, com certeza, estava ciente da capacidade em obter um amplo apoio. De fato, a pessoa que o Presidente Kennedy nomeou para dirigir sua equipe de trabalho quanto à distribuição de renda, veio a dar apoio ao imposto de renda negativo e, como você provavelmente deve saber da leitura de minhas memórias, o Presidente Nixon tentou caminhar naquela direção, mas sem muito sucesso.

5. **Suplicy:** Quando James Tobin, Paul Samuelson, John Kenneth Galbraith, Robert Lampman, Harold Watts e 1.200 economistas assinaram um documento solicitando ao Congresso Nacional, durante a Primavera de 1968, "a adotar neste ano um sistema de complementação e de garantia de renda", por que, embora convidado, o Sr. preferiu não assinar?

**Friedman:** No momento, mais de três décadas depois, não tenho nenhuma lembrança específica de qual tenha sido minha razão para recusar a assinar este documento em particular. Todavia, no geral, sempre fui relutante em assinar documentos nos quais se coletam assinaturas. Tenho preferido falar por conta própria, de minha maneira, e assinar meu próprio nome. Pode também ocorrer que eu tenha constatado alguma diferença de opinião quanto a palavras em particular no documento em questão.

6. **Suplicy:** Embora o Earned Income Tax Credit - EITC, ou Crédito Fiscal por Remuneração Recebida, instituído em março de 1975, seja uma forma de imposto de renda negativo parcial, não pude achar sua análise sobre este instrumento em suas “Memórias”. Por este motivo, eu apreciaria se pudesse comentar se:

---

<sup>2</sup> Em anexo, encontra-se uma lista de trabalhos publicados, do autor, sobre o tema.

a) o Sr. considera que o EITC<sup>3</sup> tem sido uma ferramenta eficiente para contribuir com o propósito de erradicar a pobreza nos EUA?

**Friedman:** O EITC contribuiu para erradicar a pobreza nos EUA. Eu não acredito que tenha sido uma ferramenta extremamente eficiente devido à forma particular pelo qual ele se integra ao imposto de renda. Tem dado margem a abusos.

*COMENTÁRIO do Prof. Philippe Van Parijs: “a forma particular pelo qual ele se integra..”. “Presume-se que ele se refere à fase na qual o Crédito Fiscal aumenta. Se o objetivo é o de lutar pela erradicação da pobreza, não parece ser a melhor forma se oferecer o mínimo àqueles com menores ganhos.”*

b) Podemos afirmar que o EITC, que tem se expandido de forma significativa desde 1993, contribuiu para que a economia dos EUA tenha apresentado a menor taxa de desemprego (por volta de 4.0%) nos últimos 30 anos?

**Friedman:** Eu não acredito que o EITC tenha sido um fator principal para baixar taxas de desemprego. Ele pode ter dado uma pequena contribuição, mas o principal fator que contribui para taxas de desemprego tão baixas tem sido o alto e estável crescimento sem precedentes da economia americana na última década.

*COMENTÁRIO do Prof. Van Parijs: “Isto me parece correto. Ele não está negando, conforme 6(a), que o EITC tenha possibilitado atingir um melhor “trade off” quanto à pobreza e ao desemprego, mas ele acredita que o desemprego dificilmente seria menor, embora com maior pobreza, na falta do EITC. A taxa de crescimento pode ser uma influência mais forte nas taxas de desemprego involuntárias, e muito mais nas taxas de desemprego, do que qualquer reforma no modo em que a renda seja distribuída (EITC, IRN, RB, etc.). O objetivo de tais reformas é o de melhorar o “trade off” entre desemprego/pobreza através de períodos de alto e baixo crescimento e fazer com que nossas esperanças de lutar*

---

<sup>3</sup> O EITC é um programa para as famílias que trabalham e dispõem de alguma renda. À medida que essa renda sobe até um nível de aproximadamente US\$ 6 mil anuais, o crédito aumenta. Para a família com um filho, o crédito é igual a 34% dos primeiros US\$ 6 mil de renda. Depois que essa renda familiar chega a US\$ 12 mil, esse crédito vai-se reduzindo para cada dólar adicional recebido. O crédito é diminuído em termos de US\$ 0,16 por dólar a mais ganho pela família acima daqueles US\$ 12 mil. Para as famílias com mais de um filho o crédito é maior, igual a 40% dos primeiros US\$ 9 mil em renda. O crédito máximo para as que estão na faixa de US\$ 9 mil a 12 mil é de US\$ 3.756. Assim, uma família cujo chefe recebesse um salário mínimo de US\$ 5,15 por hora e conseguisse trabalhar o ano todo receberia algo em torno de US\$ 9 mil e ainda mais US\$ 3.756 de EITC.

*contra a exclusão sejam menos dependentes de um crescimento rápido e sem precedentes.”*

c) O projeto de imposto de renda negativo integral, tal como o Sr. propõe em “Capitalismo e Liberdade”, ou introduzido pelo “Programa de Assistência à Família” seria mais eficiente para o propósito de erradicar a pobreza?

**Friedman:** Eu não tenho dúvida de que a proposta de imposto de renda negativo integral que propus em “Capitalismo e Liberdade” teria sido mais eficiente para o propósito de erradicar a pobreza. Quanto ao “Programa de Assistência à Família”, incorporou tantas versões que se tornou difícil identificá-lo com uma proposta válida. Eu, de início, era a favor, mas mais tarde manifestei-me contra o programa, como o Sr. poderá notar nos itens listados nas referências anexas.

*COMENTÁRIO do Prof. Van Parijs: “A razão da superioridade do IRN – Imposto de Renda Negativo neste sentido deve estar relacionado com o que comento no item 6(a). Seria muito interessante descobrir exatamente quais os motivos claros apresentados por Friedman para rejeitar a versão final do FAP – Programa de Assistência à Família. ”<sup>4</sup>*

**7. Suplicy:** O Sr. está familiarizado com o movimento a favor de uma renda básica, como o defendido pela BIEN (Basic Income European Network) - Rede Européia de Renda Básica - uma organização fundada em 1986 para promover a proposição de que todos, não importando sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou sócio-econômica, deveriam ter direito a uma renda modesta e incondicional, suficiente para suprir suas necessidades vitais, tal como um direito de cidadão? O Sr. conhece as contribuições de alguns dos fundadores da BIEN, a qual Herbert Simon e James Tobin se engajaram recentemente, tais como de Philippe Van Parijs (Secretário

---

<sup>4</sup> Em seu livro "Two Lucky People: memoirs" (1998), Friedman conta que participou da proposta de um imposto de renda negativo desenhada sobretudo por Daniel Patrick Moynihan e apresentada pelo presidente Richard Nixon ao Congresso Nacional americano sob o nome de "Plano de Assistência à Família". Mas que ficou desencantado com a maneira como o Congresso tratou a questão: "O desenho original teria eliminado os cupons de alimentação e reduzido o montante recebido na margem em cinquenta centavos para cada dólar adicional ganho. Quando passou pelo Congresso, os cupons de alimentação estavam de volta e cada dólar adicional ganho teria reduzido o montante recebido na margem ao aumentar mais do que cinquenta centavos. De fato, no estrato final, um beneficiário teria perdido mais do que um dólar para cada dólar adicional ganho, de maneira que 'muitas famílias estariam melhor ganhando menos do que ganhando mais!'"

Geral), Guy Standing (Presidente), ou os livros sobre “Agathotopia” de James Edward Meade?

**Friedman:** Eu nada conheço do movimento que o Sr. se refere nesta questão.

**8. Suplicy:** Como o Sr. avalia a proposição de uma renda básica ou renda do cidadão comparada com a alternativa de um imposto de renda negativo?

**Friedman:** Uma renda básica ou renda do cidadão não é uma alternativa ao imposto de renda negativo. É simplesmente uma outra forma de se introduzir um imposto de renda negativo se for acompanhado de um imposto de renda positivo sem isenção. Uma renda mínima de mil unidades com uma porcentagem de 20% sobre a renda ganha é equivalente a um imposto de renda negativo com isenção de cinco mil unidades e uma porcentagem de 20% abaixo e acima de cinco mil unidades.

*COMENTÁRIO do Prof. Van Parijs: “Esta é uma afirmação muito clara da equivalência formal entre os dois esquemas, o que sugere que Friedman é tão a favor de uma proposta quanto a favor da outra, mas também que ele se mantém insensível, tal como economistas usualmente o são (com Tobin sendo uma exceção maior) com respeito à diferença que faz para aqueles que recebem uma renda baixa e irregular, se a renda básica é paga a todos previamente, ou na forma de crédito fiscal, portanto, posteriormente”.*

**9. Suplicy:** O Fundo Permanente do Alasca está completando 20 anos de distribuição de dividendos a todos os cidadãos que estejam morando no Alasca há mais de um ano. De acordo com diversos estudos, o fundo tem contribuído para a economia do Alasca apresentar uma taxa de crescimento estável com todos tendo o direito de participar da riqueza do Estado. É o exemplo prático de que a renda básica pode funcionar. Em 1999, os 600.000 habitantes receberam cada um US\$ 1.679,84. Eu visitei o Alasca em 1995 e percebi que a população era entusiasta do sistema. Não constatei pessoas deixando de trabalhar por causa do dividendo. Verifiquei a aplicação de uma proposta muito similar feita por Thomas Paine em "Agrarian Justice" de 1795. Observei na autobiografia de Jay Hammond que o Sr. sugeriu ao governador do Alasca, nos anos setenta, dividir toda a receita do petróleo que eles haviam obtido no início do Fundo Permanente do Alasca para a população. Todavia,

ele preferiu não pensar somente naquela geração, mas também na geração futura. Como o Sr. avalia a experiência dos dividendos do Fundo Permanente do Alasca? O Sr. a recomendaria para outras nações, cada uma construindo um fundo tendo como base a riqueza da nação de forma a ter uma renda do cidadão para todos?

**Friedman:** Eu acredito que o Fundo Permanente do Alasca funcione muito bem, mas eu acho que é difícil generalizar para outros estados. A situação do Alasca é um caso muito especial. O problema originou-se porque estava claro que o Alasca iria ter uma receita muito alta que seria temporária e não permanente. A redução daquela receita está surgindo agora, e os problemas sobre o que fazer quanto ao Fundo Permanente do Alasca tornam-se urgentes. Naquele instante, a questão era ou dividir a receita extra entre as pessoas ano após ano ou, em lugar disto, fazer o que eles realmente fizeram, que foi usar parte considerável da mesma para suprir gastos governamentais e então acumular o resto em um fundo que iria permitir um dividendo que poderia ser pago a cada indivíduo. Para mim, até o momento, não está claro qual teria sido, em princípio, o melhor. Eu não tenho dúvida de que da forma como foi feito, o Alasca tem um governo maior do que de outro modo teria.

**10. Suplicy:** O Sr. está familiarizado com a evolução da proposta de lei para criar uma Renda Mínima Garantida, através de um IRN para todos os residentes no Brasil com 25 anos ou mais, com renda inferior a aproximadamente R\$ 300 por mês, apresentada pelo PT, aprovada pelo Senado em 1991, mas ainda aguardando votação pela Câmara dos Deputados, e do ocorrido a respeito durante os anos 90 no Brasil? Houve muitas iniciativas localizadas oferecendo um complemento de renda às famílias pobres de forma que suas crianças pudessem freqüentar uma escola ao invés de trabalharem muito jovens. Com base nos resultados positivos destas experiências, Programas de Renda Mínima ligados à Educação ou Programas de Bolsa-Escola, uma nova lei foi aprovada em 1997 autorizando o Governo Federal a financiar em 50% os custos dos municípios que criaram programas com aquele objetivo, embora com valores muito modestos. O Sr. teria elementos para avaliar este procedimento vis a vis as alternativas de renda básica ou de um imposto de renda negativo?

**Friedman:** Eu não estava ciente da evolução desta proposta durante os anos 90 no Brasil. Com respeito à iniciativa local a qual o Sr. se refere, um programa similar foi criado no México para uma seção específica do país onde o governo está

pagando às famílias um complemento se as crianças forem para a escola ao invés de irem trabalhar. Uma renda mínima ou um imposto de renda negativo é uma medida muito mais ampla para assegurar um nível básico de vida. Entretanto, a destinação de fundos para subsidiarem escola às crianças tem muito mais precedentes no comportamento atual dos vários países. Eu acredito que o governo brasileiro já financie a educação e isto pode ser visto como parte daquilo. Como você sabe através de meu livro “Capitalismo e Liberdade”, eu não sou favorável somente a um imposto de renda negativo, também sou favorável a que, caso o governo decida financiar a educação, deveria fazê-lo então através de cupons aos pais ao invés de optar pela administração de escolas. Eu não tenho escrito ou produzido qualquer trabalho sobre imposto de renda negativo nos últimos anos, assim eu não estou familiarizado com os recentes desdobramentos com relação ao assunto. Eu espero que alguns destes comentários sejam de alguma ajuda ao Sr.

Segue a relação dos textos escritos por Milton Friedman sobre o imposto de renda negativo por ele enviada:

- *Transfer Payments and the Social Security System*. The Conference Board Record, September 1965, pp. 7-10.
- "Mr. Friedman's Negative Tax." *Wall Street Journal*, February 15, 1966.
- "A Tax-Based Subsidy for the Poor?" *OutLook*, April 1966, pp. 13-14.
- "The Case for the Negative Income Tax." *National Review*, March 7, 1967, pp. 239-41.
- "The Case for the Negative Income Tax," pp. 202-19 in: **Melvin R. Laird** (ed.) *Republican Papers*, Garden City, New York: Anchor Books, 1968.
- "Negative Income Tax-I." *Newsweek*, September 16, 1968.
- "Negative Income Tax-II." *Newsweek*, October 7, 1968.
- "Welfare: Back to the Drawing Board." *Newsweek*, May 18, 1970.
- "Welfare Reform Again." *Newsweek*, September 7, 1970.
- *Capitalism and Freedom*, Chicago: University of Chicago Press, 1962; (reissued 1982), pp. 191-94.
- (with Rose D. Friedman) *Free to Choose*, New York and San Diego: Harcourt Brace Jovanovich, 1980, pp. 97, 120-23, 124, 125-26.
- (with Rose D. Friedman) *Two Lucky People - Memoirs*. Chicago and London, The University Chicago Press, 1998.